Artigo
Revista Tocantinense de Geografia
ISBN: 2317-9430

DOI: 10.70860/rtg.v15i36.20363

Ciclos Econômicos e seus Impactos da Malha Urbana de Mato Grosso

Economic cycles and their impacts on the urban grid of Mato Grosso

Adinael Junhor Pereira da Trindade https://orcid.org/0000-0002-9078-3082
Universidade Federal de Rondonópolis • *Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil*

Antonia Marilia Medeiros Nardes https://orcid.org/0000-0002-4992-6459
Universidade Federal de Rondonópolis • *Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil*

Autor de correspondência: adinael.trindade@ufr.edu.br

RESUMO

Este estudo analisa a formação territorial de Mato Grosso a partir de uma perspectiva interdisciplinar que integra história, geografia urbana e economia política, bem como é oriundo da dissertação de Mestrado intitulada "GUIRATINGA/MT: do brilho a opacidade", vinculada ao Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis. Nesse artigo, propomos uma reflexão acerca de como os ciclos econômicos sucessivos — mineração (século XVIII), primeiro ciclo do diamante (século XIX), segundo ciclo do diamante (início do século XX) e agricultura comercial/agronegócio (meados do século XX em diante) — moldaram a expansão e reconfiguração da malha urbana estadual. Utilizando abordagem de métodos mistos, analisamos dados demográficos e administrativos do IBGE (1920–2010), fontes históricas primárias e secundárias, além de análise espacial interpretativa. Os resultados evidenciaram que a ocupação territorial ocorreu em "Fases" associados a mudanças macroeconômicas e políticas de estado, particularmente a "Marcha para o Oeste" (1940) e as políticas de integração nacional do regime militar.

Palavras-chave: Formação territorial; Ciclos econômicos; Rede urbana; Mato Grosso.

ABSTRACT

This study analyzes the territorial formation of Mato Grosso from an interdisciplinary perspective that integrates history, urban geography, and political economy. It derives from the master's thesis entitled "GUIRATINGA/MT: From Brilliance to Opacity," developed within the Graduate Program in Geography at the Federal University of Rondonópolis. In this article, we reflect on how successive economic cycles—mining (eighteenth century), the first diamond cycle (nineteenth century), the second diamond cycle (early twentieth century), and commercial agriculture/agrobusiness (from the mid-twentieth century onward)—shaped the expansion and reconfiguration of the state's urban network. Using a mixed-methods approach, we analyzed demographic and administrative data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) covering the period from 1920 to 2010, as well as primary and secondary historical sources and interpretive spatial analysis. The results showed that territorial occupation occurred in "phases" associated with macroeconomic changes and state policies, particularly the "March to the West" (1940) and the national integration policies implemented during the military regime.

Keywords: Territorial formation; Economic cycles; Urban network; Mato Grosso.

Introdução

A formação territorial de Mato Grosso tem sido abordada de forma fragmentada na literatura, com estudos focados em períodos específicos ou ciclos econômicos isolados. Análises integradas que conectem estes processos permanecem escassas. Além disso, a maioria dos estudos privilegia abordagens puramente históricas ou geográficas; uma perspectiva interdisciplinar que combine métodos qualitativos e quantitativos é ainda rara.

Este trabalho contribui para debates mais amplos sobre urbanização periférica, produção do espaço sob o capitalismo, e a relação entre ciclos econômicos e transformação urbana. Particularmente, oferece uma reflexão crítica sobre como regiões periféricas são integradas ao capitalismo global não de forma uniforme, mas através de sucessivas reorientações econômicas que produzem efeitos na malha urbana.

Compreender os processos históricos que levaram à atual configuração urbana de Mato Grosso é essencial para o planejamento urbano e regional contemporâneo,

particularmente para políticas que busquem reduzir desigualdades regionais e promover desenvolvimento mais equitativo.

A formação territorial do Brasil é marcada por processos complexos que envolvem entre outros fatores, conflitos geopolíticos entre potências ibéricas, negociações diplomáticas e ocupação efetiva de territórios. Historiadores como Buarque de Holanda (1994) e Prado Jr. (1942) demonstram que os movimentos conhecidos como "bandeiras" e "entradas" não foram meras expedições de captura de indígenas ou busca de metais preciosos, mas constituíram mecanismos fundamentais de expansão territorial que moldaram as fronteiras do Brasil atual.

O Tratado de Madri (1750) foi particularmente decisivo. Este acordo, baseado no princípio do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato deve possuir de direito), estabeleceu que a ocupação efetiva era o critério fundamental para o reconhecimento da posse do território entre Portugal e Espanha, e que viria ser fundamental para constituição do território nacional, sobre o tratado afirma Higa (2005, p. 23) que

> Todas essas medidas foram essenciais para a dilatação da fronteira da colônia portuguesa, pois a almejada soberania política passa a ser discutida não mais à sombra de acordos mediados pela Igreja, a exemplo do Tratado de Tordesilhas, mas sim de acordo com o princípio do *Uti Possidetis*.

Este princípio teve implicações profundas e significava, uma vez que o reconhecimento da posse legal era necessário a incorporação efetiva com o estabelecimento de núcleos populacionais, fortes militares, crucialmente, atividades econômicas que demonstrassem ocupação real. Mato Grosso, neste contexto, foi incorporado ao império português não através de um processo contínuo, mas em "etapas" associados a ciclos econômicos específicos.

É interessante salientar que ainda assim, a incorporação dos territórios aos domínios portugueses, não representou a ocupação efetiva de todo o território, de modo que Mato Grosso seguiu sendo por séculos concebido como sertão, um espaço tido como “vazio” e “selvagem”, pensado que estruturante das campanhas de ocupação

promovidas na Era Vargas e na ditadura militar, e que desconsideravam a presença indígena (e quilombola) na região.

O presente estudo tem como objetivo analisar a formação territorial de Mato Grosso a partir dos ciclos econômicos e das políticas de ocupação implementadas entre os séculos XVIII e XXI, buscando compreender de que maneira esses processos influenciaram a expansão, a reconfiguração e a hierarquização da rede urbana estadual. Parte-se do pressuposto de que a dinâmica urbana mato-grossense está diretamente associada às sucessivas reorientações econômicas e às estratégias estatais de integração territorial.

Para tanto, a pesquisa propõe mapear historicamente os principais ciclos econômicos e sua relação com o surgimento, a consolidação ou a transformação dos núcleos urbanos, bem como analisar quantitativamente o crescimento do número de cidades e da população absoluta, identificando períodos de maior ou menor dinamismo. Além disso, examina-se o impacto das políticas de ocupação territorial, como aquelas implementadas durante o governo Vargas, a Marcha para o Oeste e o regime militar, na reorganização da malha urbana e na redefinição das centralidades regionais, incluindo a estagnação de antigos centros garimpeiros diante da transição para o agronegócio.

A relevância acadêmica deste estudo reside na proposta de uma análise integrada da formação territorial de Mato Grosso, superando abordagens fragmentadas que tratam isoladamente determinados períodos ou ciclos econômicos. Ao articular perspectivas históricas e geográficas, aliadas a métodos qualitativos e quantitativos, a pesquisa busca preencher uma lacuna existente na literatura, oferecendo uma leitura mais abrangente e interdisciplinar do processo de urbanização estadual.

Do ponto de vista teórico e prático, o estudo contribui para o debate sobre urbanização periférica, produção do espaço sob o capitalismo e integração desigual de regiões ao sistema econômico global. Ao evidenciar como os ciclos econômicos geraram assimetrias e redefiniram hierarquias urbanas, a pesquisa fornece subsídios importantes para o planejamento urbano e regional contemporâneo, especialmente no que se refere

à formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais e à promoção de um desenvolvimento mais equilibrado em Mato Grosso.

Ciclos Econômicos e Urbanização no Brasil Colonial e Imperial

A historiografia econômica brasileira (Furtado, 1959; Prado Jr., 1942) enfatiza o papel dos ciclos econômicos na estruturação do espaço. Cada ciclo — açúcar, ouro, café — produziu padrões específicos de ocupação territorial, hierarquias urbanas e estruturas sociais. Mato Grosso, diferentemente das regiões litorâneas que se beneficiaram do comércio atlântico, foi integrado ao império português por meio de processos internos complementares da econômica colonial como a entradas e bandeiras que tinha como objetivo prospectar riquezas minerais e principalmente escravizar os povos originários.

A mineração aurífera do século XVIII criou os primeiros núcleos urbanos permanentes em Mato Grosso. Cuiabá, fundada em 1719 e Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752, surgiram como centros de extração e comercialização de ouro. No caso de Vila Bela, também chamada de cidade de Mato Grosso, a cidade tinha também a função de defesa das fronteiras portuguesa frente aos domínios espanhóis.

Contudo, diferentemente do ciclo do ouro em Minas Gerais, que gerou uma rede urbana mais densa e diversificada, a mineração em Mato Grosso produziu centros urbanos mais isolados e dependentes da continuidade da atividade extrativa. Em parte devido as grandes distâncias que separavam a região do litoral brasileiro, que concentrava a maior parte da população e da infraestrutura existente no Brasil.

O isolamento geográfico de Mato Grosso em relação ao litoral, que desempenhava a função de centralidade econômica na colônia foi um fator estruturante. A distância e as dificuldades de acesso fizeram com que Mato Grosso fosse caracterizado como "sertão", termo que, conforme o Dicionário Aurélio, significa "lugar inculto, afastado de povoações". Esta caracterização não era meramente descritiva, refletia a posição político-administrativa marginal de Mato Grosso no contexto do império português e posteriormente do Brasil independente.

Ocupação Periférica e Ciclos do Diamante

A literatura sobre a garimpagem de diamantes em Mato Grosso é ainda incipiente, e costumam ocorrer de forma dissociado de análises acerca do impacto dessas explorações na constituição da malha urbana. Baxter (1988) oferece uma das análises mais detalhadas, documentando a proliferação do que ele chama de "currutelas de garimpo" no início do século XX. Estes, eram pequenos núcleos populacionais, frequentemente sem infraestrutura urbana formal que surgiram em torno de jazidas de diamantes.

Diferentemente das cidades mineradoras de ouro do século XVIII que receberam investimentos em infraestrutura (igrejas, casarões, fortins), as currutelas de garimpo eram formações urbanas mais precárias e efêmeras, geralmente formada por massas de migrantes em buscas de oportunidade e enriquecimento, mas que refletem em certa medida a quantidade limitada desses minerais, que na maior parte dos casos constituía-se como depósitos de aluvião que rapidamente se esgotavam, tornando necessário a movimentação constante em busca de novas área de exploração.

No caso da ocupação do antigo leste mato-grossense, motivadas pelas descobertas de diamantes, trata-se de um processo que movimentou majoritariamente massas de nordestinos, em sua maioria baianos.

Faresin (1982), documenta a importância da imigração nordestina, particularmente baiana, na formação destas currutelas. Garimpeiros deslocados pelo declínio das lavras diamantíferas da Chapada Diamantina e Lençóis migraram para Mato Grosso em busca de novas áreas de garimpagem. Esta migração, conforme Faresin (1982), foi responsável pela formação de diversos núcleos urbanos, segundo o autor,

> A imigração da Bahia firmara-se nos garimpos: fortaleceu Lageado que passou a se chamar Guiratinga; surgiu ou aumentou o garimpo de Poxoréu que se tornou grande centro garimpeiro, com Coité, Alto Coité, Ponte dos Anjos, Pombas etc… (Faresin, 1982, p. 21).

A descrição descreve um processo de ocupação efetivado por migrantes nordestinos que poderíamos caracterizar como sendo uma "ocupação periférica" não

raramente negligenciado pela historiografia oficial acerca de Mato Grosso, que privilegia narrativas sobre a "Marcha para o Oeste" e a colonização sulista. Contudo, foi precisamente esta ocupação periférica que criou a infraestrutura urbana inicial para a região sudeste do estado.

Integração Nacional e Políticas de Ocupação (1930–1985)

A partir dos anos 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, o estado brasileiro passou a adotar políticas explícitas de “integração territorial”. A "Marcha para o Oeste" (1940), embora tenha sido mais um *slogan* político do que um programa coerente, sinalizava a intenção de ocupar os "espaços vazios" do interior, particularmente no Centro-Oeste e Amazônia.

Oliveira (1991) oferece uma análise crítica destas políticas, argumentando que constituíram mecanismos de integração de regiões periféricas ao capitalismo nacional. Nesse sentido, conforme Oliveira (1991, p. 144):

> O estado de Mato Grosso ocupou posição privilegiada nesse processo, pois foi contemplado com recursos de todos esses programas governamentais. Por isso, constitui-se em área preferencial para a implantação de projetos de colonização privada do país. Calcula-se que mais de 90% dos projetos particulares de colonização estão no estado.

Complementando esta análise, Oliveira (1991) destaca o papel das empresas privadas. Segundo o autor,

> O INCRA autorizou cerca de 36 empresas privadas de colonização a operarem no estado de Mato Grosso. Estas empresas, através da grilagem ou do recebimento das terras a preços simbólicos, implantaram mais de meia centena de projetos de colonização (Oliveira, 1991, p. 147).

A ascensão do regime militar em 1964 intensificou estas políticas. A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, 1966) e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO, 1967), juntamente com a abertura de rodovias federais (BR-163, BR-364, BR-070) e incentivos fiscais, criou

um ambiente propício para a expansão da agricultura comercial, Ajara (1989, p. 201) descreve o processo de mudança na espacialidade local do centro-oeste, segundo o qual:

> A ampliação espacial da agricultura capitalista nos anos 50 provocará a penetração do capital com pujança progressiva no Centro-Oeste. Transformações ocorrerão na Região e se refletirão no quadro urbano regional. [...] [em] 1970 ou nos anos ele próximos. [...] Brasília já era presença marcante no Planalto Central e o capital já penetrara ostensivamente na região de uma maneira crescente. A década de 70 trouxe a região grandes modificações que sem dúvida, vêm se acentuado nos anos 80.

As políticas de integração motivadas pelos interesses do capital culminaram em mudanças estruturais representadas pelas transformações da malha urbana, e pela implantação da rede viária que facilitaram a circulação de mercadorias e pessoas, ocasionando profundas mudanças nas paisagens mato-grossenses sinalizando sua integração ao circuito econômico nacional e global ainda que como região periférica com função de produção de *commodites* muitas vezes as custas de um grande prejuízo ecológico

Agronegócio e Reconfiguração Urbana

A partir dos anos 1970, a "revolução verde" marcada pela mecanização agrícola, uso intensivo de insumos químicos e sementes melhoradas, transformou radicalmente a agricultura mato-grossense. Staub (2007), destaca a crescente importância do agronegócio para a economia nacional, segundo ele,

> Nos últimos anos, a agricultura, a pecuária, e todos os negócios gerados a partir desses dois seguimentos vem ganhando o posto de maior destaque na economia nacional. Os expressivos resultados do agronegócio vêm impulsionando o crescimento brasileiro, sendo responsável pelo superávit da balança comercial brasileira nos últimos anos (Staub, 2007, p. 10).

Contudo, a expansão do agronegócio não beneficiou uniformemente toda a malha urbana mato-grossense. Cidades localizadas em áreas adequadas para agricultura mecanizada (particularmente os chapadões do sul e sudeste) prosperaram, enquanto centros como Guiratinga, cuja economia estava baseada na garimpagem, entraram em

declínio devido ao esgotamento das jazidas e pouca diversificação econômica que somadas a reconfiguração da economia estadual em prol da agricultura de exportação.

Metodologia

Este estudo adota um desenho de pesquisa baseado em métodos mistos, combinando abordagens quantitativas e qualitativas, o que se justifica pela complexidade do fenômeno analisado. A formação territorial de Mato Grosso envolve, simultaneamente, processos históricos, políticos e estruturais, mais adequadamente compreendidos por meio de análises qualitativas, e dinâmicas demográficas e administrativas, que demandam tratamento quantitativo para a identificação de padrões de crescimento, expansão e reorganização urbana.

O desenho metodológico segue uma lógica convergente-sequencial, na qual os dados quantitativos são coletados e analisados em um primeiro momento, permitindo a identificação de tendências, rupturas e períodos de aceleração ou desaceleração na criação de municípios e no crescimento populacional. A partir desses resultados, são formuladas questões interpretativas que orientam a etapa qualitativa, dedicada à análise de fontes históricas e documentais. Os achados de ambas as abordagens são posteriormente integrados na discussão e nas considerações finais, de modo a produzir uma interpretação articulada do processo de urbanização estadual.

Os dados quantitativos utilizados consistem em séries temporais demográficas e administrativas referentes ao período de 1920 a 2010, abrangendo informações sobre o número de cidades criadas por década e a população absoluta de Mato Grosso. Essas informações foram coletadas diretamente de publicações oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, especialmente os Censos Demográficos, as Contagens Populacionais e estudos de geografia regional. Os dados foram sistematizados em planilhas eletrônicas, utilizando o software Microsoft Excel, para possibilitar sua organização, tratamento e posterior análise.

Cabe destacar que os dados utilizados se referem ao território conforme originalmente publicado pelo IBGE, incluindo, até 1977, áreas que posteriormente se tornaram os estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia. Essa limitação é reconhecida e considerada na interpretação dos resultados, uma vez que os dados históricos não permitem a completa desagregação territorial para o período anterior aos desmembramentos administrativos.

Os dados qualitativos foram obtidos por meio da consulta a fontes primárias e secundárias, incluindo documentos históricos relacionados à fundação de cidades, atos administrativos, registros eclesiásticos e relatos de jornais da época, com destaque para o periódico *O Jornal*. Complementarmente, foram analisadas monografias, dissertações e estudos acadêmicos sobre a história, a urbanização e os ciclos econômicos de Mato Grosso, coletados em acervos bibliográficos especializados, bases de dados acadêmicas.

Resultados

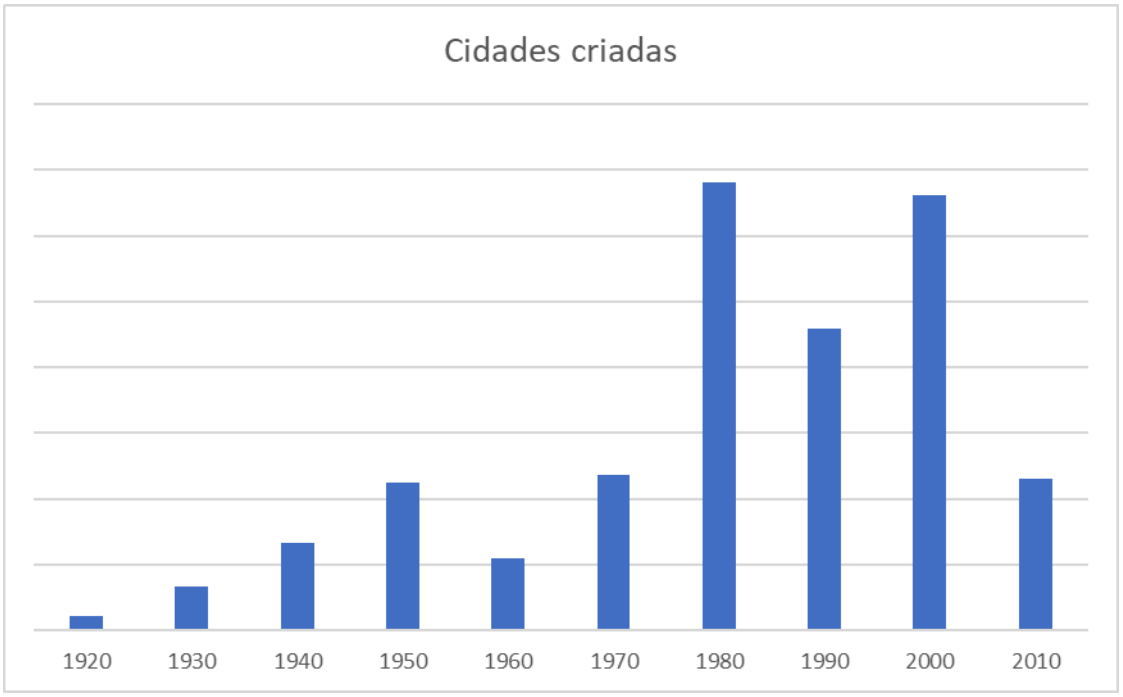
Evolução do Número de Cidades

O **Gráfico 1** apresenta o a criação de cidades criadas em Mato Grosso por década, de 1920 a 2010:

A análise deste gráfico revela padrões significativos, como o crescimento acelerado (1920–1950): O número de cidades criadas aumenta de forma consistente, passando de 11 (1920) para 112 (1950). Esta aceleração coincide com a intensificação das políticas de ocupação territorial iniciadas no governo Vargas.

Recuo relativo (1960): Observa-se uma queda significativa para 55 cidades criadas em 1960. Este recuo pode estar associado à instabilidade política que precedeu o golpe militar de 1964, bem como à implementação da Lei Complementar nº 01 (1967), que buscou regular a criação de novos municípios.

Gráfico 1 – Cidades de Mato Grosso de 1920 a 2010



Fonte: IBGE (2017); **Org.:** Autor

Aceleração extrema (1970–2000): A partir de 1970, o número de cidades criadas salta para 118 (1970), 341 (1980), 229 (1990) e 331 (2000). Este período corresponde ao auge das políticas de integração nacional do regime militar e à expansão massiva da agricultura comercial.

Desaceleração recente (2010): Em 2010, o número cai para 115, sugerindo possível estabilização ou mudanças nas políticas de criação de municípios.

Evolução da População Absoluta

O **Quadro 1** apresenta a população absoluta de Mato Grosso por década:

Quadro 1 – Cidades e população absoluta de Mato Grosso de 1920 a 2010

Ano	Número de Cidades	População Absoluta
1920	21	246.612
1930	25	—
1940	28	432.265
1950	35	522.044
1960	64	910.262
1970	84	1.597.009
1980	55	1.138.231
1990	95	2.027.231
2000	126	2.504.353
2010	141	3.035.122

Fonte: IBGE (2017); **Org.:** Autor.

O quadro demostra um crescimento da população que cresceu de 246.612 (1920) para 3.035.122 (2010), representando um aumento de aproximadamente 1.130% em 90 anos, demonstrando uma aceleração entre 1950–1970, período em que a população mais que triplicou passando de 522.044 para 1.597.009, coincidindo com a intensificação das políticas de integração nacional.

Outro ponto relevante que podemos observar uma queda na população absoluta em 1980 (1.138.231), fenômeno associado ao desmembramento de Mato Grosso do Sul em 1977 e Rondônia em 1992, com uma retomada consistente do crescimento populacional a partir dos anos 1990 atingindo 3.035.122 em 2010.

Resultados e discussões

Nesse artigo buscamos evidenciar a importância da geografia para análise urbana e social, e não apenas como um cenário onde a história se desenrola, mas uma condição ativa que modela possibilidades, limita restrições e orienta decisões políticas e econômicas, de modo que a compreensão crítica das variáveis geográficas (formas de relevo, solos, hidrografia, posição relativa em redes de circulação etc.) são imprescindíveis, embora não autossuficiente, para explicar de forma holística por que certas cidades ascendem e outras declinam, como ilustrado pelo estudo sobre a formação territorial de Mato Grosso e pelo caso de Guiratinga.

A tese central apresentada aqui é dupla, primeiro que os fatores geográficos estruturam trajetórias urbanas ao condicionar recursos, acessibilidades e aptidões produtivas. Segundo, políticas públicas e ciclos econômicos interagem com essa base geográfica, podendo tanto potencializar desenvolvimento territorial quanto gerar processos de desigualdade espacial e degradação como pode ser observado no contexto mato-grossense.

A história de Mato Grosso revela que a ocupação territorial ocorreu em "etapas" sincronizados a ciclos econômicos e a decisões de Estado mineração no século XVIII, ciclos diamantíferos nos séculos XIX e XX, e a expansão do agronegócio a partir da metade do século XX, mas essas transições ganharam contornos específicos segundo a geografia local.

Núcleos surgiram onde jazidas, vales fluviais, chapadões e ecótonos criavam condições de extração ou produção. Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade emergiram nas margens de rios durante o ciclo aurífero; as "currutelas de garimpo" do Vale do Rio das Garças, incluindo o que viria a ser Guiratinga, proliferaram onde depósitos minerais e rotas fluviais permitiam a atividade informal de mineração (Baxter, 1988; Higa, 2005).

Quando o quadro macroeconômico se reorientou a partir de políticas como a "Marcha para o Oeste" e outros programas de integração promovidos pelos governos Vargas e militares criou-se novos variáveis e vetores econômicos a abertura de rodovias-tronco (BR-163, BR-364, BR-070) e incentivos fiscais transformaram aptidões territoriais

em vantagem para a agricultura mecanizada, favorecendo áreas de chapadão com solos e topografia adequados à monocultura (Oliveira, 1991; Moreno apud Higa, 2005).

Essa interação entre natureza e política explica por que a malha urbana se reconfigurou de forma que entre 1950 e 1990 mais de 90% das cidades do estado foram criadas, em grande medida ligadas ao avanço da fronteira agrícola.

Cidades inseridas nas novas rotas de circulação e em áreas aptas à mecanização prosperaram, ao passo que outros centros antes relevantes por conta da mineração, como Guiratinga, enfrentaram estagnação quando o dinamismo econômico se deslocou para outras franjas territoriais (**Quadros 1** e **2;** IBGE). A geografia, portanto, atua como um dos condicionantes que, combinada com políticas públicas e fluxos de capital, produziram os rede urbana mato-grossense como a conhecemos na atualidade.

Do ponto de vista urbano, essa condicionante geográfica manifesta-se em várias dimensões práticas. Primeiro, as redes de transporte: a posição relativa de um assentamento em relação a eixos rodoviários e logísticos altera sua função como centralidade de circulação de pessoas, bens e serviços. Rondonópolis, por exemplo, beneficiouse da integração rodoviária e do acesso a mercados, enquanto Guiratinga, a 110 km de Rondonópolis e 322 km de Cuiabá, perdeu conexões decisivas quando atividades econômicas locais declinaram.

Segundo, o relevo e o solo: chapadões com topografia favorável e solos que suportam grandes máquinas agrícolas foram convertidos em monoculturas extensivas, alterando a hierarquia urbana por meio da concentração fundiária e da economia de enclave; regiões acidentadas e ecótonos ricos em biodiversidade, por sua vez, foram menos atrativas para o capital agrícola, mas sofreram pressões ambientais e perda de serviços ecossistêmicos conforme houve expansão.

Terceiro, a hidrografia e a disponibilidade de água condicionam tanto atividades de subsistência e de extração (garimpo) quanto a irrigação e produção agroindustrial; a ocupação em bacias como Tocantins/Araguaia explicita a interdependência entre recursos hídricos e ordenamento urbano (Costa; Pereira, 2002).

Os efeitos sociais e ambientais dessas dinâmicas são múltiplos. A expansão do agronegócio gerou crescimento populacional e aumento do número de municípios, mas também favoreceu a consolidação de latifúndios, monoculturas e forte pressão sobre o bioma cerrado ecossistema que sofreu perda de cobertura e fragmentação.

Em termos urbanos, a “prosperidade” gerada pelo agronegócio revelou-se excludente, posto que empregos diretos na agricultura mecanizada são relativamente escassos comparados à produção gerada, resultando em dependência de capitais externos, elevada vulnerabilidade fiscal municipal e fluxo migratório que beneficia polos regionais maiores em detrimento de pequenas cidades. Em Guiratinga, a retirada de serviços públicos e privados, fechamento de agências bancárias, ensino, saúde e o êxodo de jovens são sintomas dessa recalibragem regional.

Considerações Finais

A leitura crítica desta trajetória indica direções claras para o planejamento urbano que incorpore a geografia como eixo estratégico. Políticas de desenvolvimento regional não podem ser neutras em relação ao lugar: devem reconhecer aptidões naturais e limitações com vistas a promover diversificação econômica que vá além do modelo agroexportador, reconhecendo-se a as relações entre geografia, política e urbanização periférica; estudos comparativos entre municípios garimpeiros que declinaram e polos agrários que ascenderam; análises de redes logísticas e seus impactos na redistribuição de centralidades; investigação das transformações de paisagens ecossistêmicas derivadas da mudança de uso do solo e das consequências para a provisão de serviços ambientais; estudos etnográficos sobre trajetórias migratórias e estratégias de sobrevivência urbana em cidades estagnadas. Ferramentas metodológicas a serem priorizadas incluem análise espacial (SIG), séries temporais demográficas e econômicas (dados do IBGE), entrevistas semiestruturadas com atores locais e avaliação de impacto ambiental e socioeconômico.

O caso mato-grossense demonstra que políticas públicas e mercados só tendem a produzir desenvolvimento territorial equilibrado quando dialogam com essa infraestrutura, reconhecendo aptidões e limitando pressões deletérias. Ignorar essa interação conduz a padrões de urbanização que ampliam desigualdades, degradam recursos e fragilizam cidades menores. O desafio atual, portanto, é transitar de intervenções pontuais e de curto prazo para um planejamento territorial integrado, sensível à geografia e orientado à sustentabilidade socioecológica. Só assim será possível promover redes urbanas que favoreçam coesão regional, justiça socioeconômica e conservação ambiental.

REFERÊNCIAS

BAXTER, Michael. **Garimpos de Poxoréo:** mineradores de pequena escala de diamantes e seu meio ambiente no Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Censo demográfico de Guiratinga 1991, 1996, 2000 e 2010. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=510420&search=mato-grosso|guiratinga>. Acesso em: 12 out. 2017.

____. Produção Pecuária Municipal: região Sul e Centro-oeste. Disponível em:< https:// biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_1974_v4_sul_centro_oeste.pdf>. Acesso em: 10 out. 217.

____.Contagem populacional de Guiratinga 1996, 2007. Disponível em: < https:// cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=510420&search=mato-grosso| guiratinga>. Acesso em 12 out. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessadri. **A cidade.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CARMO, Ailon do. **História de Guiratinga**. [S. l.]: Rondonópolis, [200?]. p. 53-171.

COSTA, Lourival; PEREIRA, João Antonio. **Guia turístico, histórico e cultural de Guiratinga**. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Guiratinga, [2002].

Estatísticas do cadastro central de empresas: 2013 / IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 178 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94246.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.

FARESIN, Pe. Santo Cornélio. **Da prelazia de Registro do Araguaia a Diocese de Guiratinga**. Guiratinga: [s. n.], 1982.
FERRARI, Sérgio. Criação de municípios e debate científico: entre mitos e métodos. **Revista de informação legislativa: RIL**, Brasília, v. 53, n. 211, p. 55-80, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p55>. Acesso em: 05 nov. 2017.

HENRY W ART. **Dicionário de Ecologia e Ciências Biológicas**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos UNESP, 1998.

HIGA, Tereza Cristina Souza. et al. **Geografia de Mato Grosso:** território, Sociedade, Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
INSTISUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA. **Geografia do Brasil:** região centro-oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

SEPLAN/MT. **Mapa de vegetação. Zoneamento Sócio-econômico Ecológico**. PRODEAGRO. Ministério de Integração Nacional. 2012. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/>. Acesso em: 03 abr. 2017.

Recebido: 24/01/2026 Publicado: 23/11/2026

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito